

# **SOBRE AS ORIGENS DOS TEMAS DE LEGÍSTICA NO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO DA UFMG**

UMA PROPOSTA PARA UMA “MOÇÃO PARLAMENTAR”<sup>1</sup>

ABOUT THE ORIGINS OF LEGISTICS TOPICS ON THE POST GRADUATION LAW PROGRAM OF UFMG: A PROPOSITION OF A PARLIAMENTARY MOTION

*Fabiana de Menezes Soares*<sup>2</sup>

*“Ce qui a changé aussi, c’est le contexte social, économique et technologique, les normes sociales et les valeurs sociétales et la représentation qu’on se fait du statut et du rôle des enfants et de la famille.”<sup>3</sup>*

*“L’État ne peut pas compenser la souffrance, mais il peut la reconnaître”*

Luzius Mader, Delegué aux victimes des mesures de coercition à des fins d’assistance, directeur suppléant de l’Office fédérale de la justice.

---

<sup>1</sup> Bases légales: Art.171 de la Constitution Fédérale, Art.118 de La Loi sur le Parlement, Art. 120 ss de La Loi sur le Parlement, Art. 25 ss du Règlement du Conseil National, Art. 21 ss du Règlement du Conseil des `Etats.

<sup>2</sup> Full Professor Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais-UFMG, Brasil na área de Légistique. Ex Pesquisadora junto à Universidade de Genebra ( Prof. Jean Daniel Delley) e OFF (Prof. Luzius Mader). Coordenadora do Observatório para Qualidade da Lei. Integrante da Clínica de Direitos Humanos – Faculdade de Direito/UFMG.

<sup>3</sup> Mesures de contrainte: Comment communiquer ? Journée nationale du 10 décembre 2015 à Berne Mesures de coercition à des fins d’assistance et placements extrafamiliaux antérieurs à 1981 – qu’en est-il aujourd’hui? [https://www.kokes.ch/application/files/1714/6399/1165/Referat\\_Mader\\_FR.pdf](https://www.kokes.ch/application/files/1714/6399/1165/Referat_Mader_FR.pdf)

**Abstract:** The challenge put to this work in tribute to Professor Luzius Mader remembered about my post-doctoral internship at University of Geneva, when, I conducted, in Bern, at the Federal Office of Justice (FOJ), my case study on the legislative elaboration in Switzerland (Legistics & Legisprudence). The case of Compulsory Social Measures, analyzed by us, mainly as to its reverberation in the website (and in the website of the Delegate for the Victims of Compulsory Social Measures) illustrates how the little empathetic to “the diverse” social representation (and that includes the ones who behave themselves or speak differently from the majority) has induced a public policy which is not in conformity with human dignity, which is in violation of human rights, that was initiated in the last century and remained until the 80’s.

**Keywords:** Luzius Mader, Post Graduation, Legistics, Legisprudence, Human Rights, Open Data, Compulsory social Mesures

**Resumo:** O desafio em escrever um texto de homenagem ao Prof. Luzius Mader fez-me recordar o meu estágio pós-doutoral na Universidade de Genebra, quando desenvolvi, em Berna, junto ao Gabinete Federal de Justiça, meu estudo de caso sobre elaboração legislativa na Suíça ( Legística & Legisprudência). O caso das Medidas sociais compulsórias aqui analisadas e sua repercussão no site especificamente, o website do Delegado para as Vítimas das Medidas Sociais Compulsórias ilustra como a baixa empatia pela representação social do “diverso” ( que inclui quem se comporta ou fala diferentemente da maioria) culminou por urdir uma política pública não conforme com a dignidade humana, violadora de direitos humanos.

**Palavras-chave:** Luzius Mader, Pos Graduação, Legística, Legisprudência, Direitos Humanos, Dados Abertos, Medidas Sociais Compulsórias

## I. Introdução

O desafio lançado na Obra/Homenagem ao Prof Luzius Mader para a elaboração de “propostas” para a modificação da Constituição Federal, permitiu-me voltar no tempo e documentar o per-

curso de pesquisa teórica e empírica que orientou a concepção de uma disciplina em Elaboração Legislativa, no Programa de Pós Graduação em Direito da UFMG focada na metodologia da Legística (Formal e Material) e da discussão epistemológica da Legisprudência.

Durante o ano de 2008 devido ao estágio pós-doutoral junto à Universidade de Genebra, realizei em Berna, junto ao OFF – *Office Fédérale de la Justice* ( o equivalente ao nosso Ministério da Justiça) meu estudo de caso sobre a elaboração legislativa na Suíça, sob a supervisão do Prof. Dr. Luzius Mader quando tive a oportunidade de vivenciar a rotina de um *office* governamental suíço.

O aprendizado sobre o modo de se fazer o direito, na Suíça, já havia sido prenunciada por Luzius Mader, em 2007, durante o I Congresso Internacional de Legística no Brasil, ocorrida no nosso Parlamento Regional – Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Nossa permanência em Berna, permitiu-me experimentar a gestão de projetos legislativos na *Direction de Droit Public* enquanto era imersa na cultura suíça, uma outra forma de linguagem (Montanari, 2002) inclusive, via a “*Gastro-Diplomacy*” levada a cabo por Ursula Mader<sup>4</sup>.

Assim, conforme o “*Guide de Législation*” ( *Guide pour l’elaboration de la législation fédérale*)<sup>5</sup>, pensamos, inicialmente que nossa proposta seria uma “*Note de Discussion*”<sup>6</sup>, dada a complexidade

---

<sup>4</sup> Profa Joahanna Mendelson Forman the e durante os seus seminários de “Conflict Cuisine” in the School of International Service at the American University defende o papel da alimentação como um modo persuasivo de educação, uma modalidade de *soft power* usada na diplomacia em situações de conflito ou guerra. Vide: Is the kitchen the new venue of Foreign Policy? <<https://www.stimson.org/sites/default/files/file-attachments/Kitchen%20as%20the%20New%20Venue%20of%20Foreign%20Policy.pdf>> Acesso em 10 de Agosto de 2017. Prof. Massimo Montanari, também assinala o valor da cultura da alimentação como elemento cultural, uma forma de linguagem na história dos povos: Il mondo in cucina. Storia, identità, scambi trad. di F. Cataldi Villari, A. Maiorani e G.A. Tabacchi. Collana Storia e Società. Bari Laterza: 2002, ISBN 9788842067184.

<sup>5</sup> Acesso em 11 de abril de 2018: <<https://www.bj.admin.ch/dam/data/bj/staat/legistik/hauptinstrumente/gleitf-f.pdf>>

<sup>6</sup> “Lors d’une procédure législative complexe (par exemple arrêté d’approbation des accords sectoriels avec les Etats membre de l’UE) ou d’un très vaste projet (par exemple l’élaboration de la loi sur la transparence), il peut être opportun de soumettre au Conseil fédéral une « note de discussion »

da matéria e da grande necessidade de concertação ( “*Co-rapport*”).

Todavia, diante do contexto desenhado, a seguir, percebemos que seria mais adequado uma “Motion”, pois é endereçada ao *Conseil Fédéral* ( Órgão Colegiado que exerce as funções do Executivo) e o seu procedimento inclui o *Conseil National* ( Câmara Baixa composta por parlamentares eleitos) e o *Conseil des États* ( Câmara Alta composta por representantes dos Cantões).

A análise preliminar do Site do OFF, considerou os princípios de *Open Data Movement*, compartilhados pela comunidade global e sintetizados no referenciado “*Open Data Handbook*”, a Lei de Transparência e sobretudo, os artigos 70, 173, al. 2 da *Federal Constitution*. O tempo e a limitação do espaço da escrita, dirigiu o nosso foco sobre o site: o acompanhamento da página inicial do OFF e a disponibilidade da documentação nas línguas oficiais da Suíça. Por outro lado, viver num país, com tantas assimetrias e ao mesmo tempo unido, em torno de um só idioma oficial (português, não obstante as línguas indígenas) também justifica a nossa abordagem.

A partir da página oficial, nos detivemos sobre a atuação de Luzius Mader, cuja atividade na sua função de *Delegué* se assemelhou a um tipo de Ombudsman, mantendo um canal de comunicação direta com as vítimas e outros afetados e de como essa documentação foi feita no Site, e o que poderíamos sugerir como proposta, levando em conta um problema identificado e de como esta questão foi comunicada aos particulares.<sup>8</sup>

---

(*Aussprachepapier*) qui lui permet de rendre une décision sur la suite de la procédure qui ne le lie pas définitivement. La Chancellerie fédérale n'organise en règle générale pas de procédure de co-rapport sur les notes de discussion ; par contre, chaque département décide librement s'il entend consulter ses offices au sujet des notes de discussion des autres départements. La directive de la Chancellerie fédérale sur la préparation des affaires du Conseil fédéral mentionne les particularités. Si (comme cela arrive assez fréquemment) on cherche à utiliser la note de discussion dans le but d'obtenir du Conseil fédéral non plus seulement une orientation, mais une décision obligatoire, il est nécessaire d'organiser une procédure de consultation des offices et une procédure de corapport.” Guide de Législation , acesso em 11 de abril de 2018 <https://www.bj.admin.ch/dam/data/bj/staat/legistik/hauptinstrumente/gleitf-f.pdf>>

<sup>7</sup> Acesso em 30 de março de 2018 <http://opendatahandbook.org/guide/en/>

<sup>8</sup> Nesse sentido, comportei-me como uma observadora-participante pois pesquisamos as diversas modalidades de informações disponíveis no site.

Nossa leitura não se restringiu aos documentos legais, mas o contexto dessa história desenhada a partir da documentação de outras organizações (referenciadas nas notas de rodapé), artigos de jornais, reportagens televisivas, testemunhos que compuseram o mosaico desse capítulo da história helvética. Não poderia ser diferente se considerarmos o papel da reconstrução do contexto e cenário, etapa da análise de Legística Material.

Nesse contexto, seguimos a via aberta, em 2013, pela Ministra da Justiça, Simonetta Sommaruga, ao abrir a caixa de Pandora e pedir desculpas aos mais de “100’000 enfants en Suisse, maltraités, sexuellement et physiquement abusés, exploités sans doute plus, à avoir été placés et avoir subi ces injustices, jusque dans les années 80”<sup>9</sup>, neste conjunto, ressaltamos as minorias étnicas: Yeniches, Manouches, Gitans, Sintés, o que nos remeteu aos elementos linguísticos identitários, e por consequência, às tensões do pluralismo linguístico consagrado constitucionalmente.

## II. Observando o modelo do Site no contexto da Transparência Ativa.

A Lei de Transparência na Suíça datada de 2004<sup>10</sup> e efetiva desde 2016 prescreve o seguinte:

“Art. 1 La présente loi vise à promouvoir la transparence quant à la mission, l’organisation et l’activité de l’administration. A cette fin, elle contribue à l’information du public en garantissant l’accès aux documents officiels.”

O art. 6 consagra o princípio da transparência e cria o dever para o estado disponibilizar informações documentos oficiais sob qualquer formato, inclusive documentos eletrônicos que são em

<sup>9</sup> Acesso em 15 de de março de 2018 <https://pages.rts.ch/emissions/temps-present/justice-criminalite/6643598-enfants-places-les-dossiers-de-la-honte.html#6727036>, UEK,CIEC, CPI Minibilanzen/ Minibilanzen <[https://www.uek-administrative-versorgungen.ch/resources/Minibilanzen\\_21mars17\\_publ1.pdf](https://www.uek-administrative-versorgungen.ch/resources/Minibilanzen_21mars17_publ1.pdf)>

<sup>10</sup> A Lei de Acesso a Informação Brasileira foi publicada em 2012, in force em 2013 [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm)

grande parte disponibilizados em sites. A publicidade é a regra e o sigilo é a exceção ( Art. 7).

Os princípios do *Open Data Handbook* puderam ser observados no Site:

- **Keep it simple:** O Site é de fácil navegação e as ferramentas de pesquisa evidenciam o cumprimento do modelo de transparência legalmente pretendido, pois atende à transparência ativa ( disponibiliza vários tipos de documentos em abas que aparecem alinhadas e contém tipos variados de mídias ( documentos escritos, áudios, vídeos, documentos explicativos) em linguagem clara o que também parece ecoar os princípios de *Plain Language*<sup>11</sup>. Países multilíngues como Nova Zelândia, Canada, Australia ( não possui “língua oficial) foram pioneiros em adotar estratégias de simplificação da linguagem e inclusão de grupos linguísticos minoritários.
- Quando um **dataset** ( conjunto de dados) torna-se específico e forma uma unidade de sentido ( sense unit), há o redirecionamento para site exclusivos, como identificamos no caso do Site Délégué aux Victimes de Mesures de Coercition à des Fins d’Assistance”.
- **Engage early and engage often:** Cerca de 28 grandes grupos de infomediários, potential information users, and re-users, aparecem mencionados nos links da própria página do Site, além dos usuários “internos” da própria administração pública ( 22 links). Esses usuários repercutem as informações e ao mesmo tempo integram uma

---

<sup>11</sup> About Plain Language, acessados em 15 de março de 2018: <https://www.clearest.co.uk>, <<https://www.plainlanguage.gov/resources/articles/beyond-a-movement/>>, <http://www.opc.gov.au/plain/index.htm>, <http://www.modernisation.gouv.fr/les-services-publics-se-simplifient-et-innovent/par-des-services-numeriques-aux-usagers/un-langage-clair-ca-simplifie-la-vie>, <http://www.impo.com.uy/lenguajeciudadano/>, [http://www.gobernacion.gob.mx/work/models/SEGOB/Resource/148/1/images/Manual\\_lenguaje\\_ciudadano.pdf](http://www.gobernacion.gob.mx/work/models/SEGOB/Resource/148/1/images/Manual_lenguaje_ciudadano.pdf), <https://intranet.agn.gov.ar/data/AG-N-Manual%20de%20Estilo%20y%20Lenguaje%20Llano%20PARA%20INTRANET.pdf>, <https://webtoolkit.govt.nz/blog/2014/11/getting-government-to-use-plain-english/>, <http://www.opc.gov.au/plain/index.htm>,

rede orientada por temas.

- **Address common fears and misunderstandings:** O Site revela-se proativo na divulgação de informações sobre temas polêmicos, temas objetos de consultation, além das informações sobre as atividades desenvolvidas. Para tal fim, disponibilizou 3 formas de comunicação, mais dirigidas aos particulares: *News*, *Discours* & *Interviews*, *Manifestations*, além das *press release*. Mas neste item, a opacidade linguística do site, se evidencia: durante a nossa pesquisa nos deparamos com a maioria dos arquivos/mídias exclusivamente em alemão (maioria) e francês, os documentos em italiano aparecem em número bem mais restrito. Um documento legal sobre proteção de minorias em **língua romansh**<sup>12</sup>, acha-se disponível, exclusivamente no Site do *Federal Council* (acompanhado da útil ferramenta de “comparador de línguas). Todavia, esse padrão não foi mantido no Site, nem mesmo na página com o texto da Convenção Européia dos Direitos do Homem<sup>13</sup>, até mesmo nas bases das abas “State & Society”, ou “Society”: Esse padrão foi mantido no Website of the Delegate for the victims of compulsory social measures. Apesar da ausência de “Search” e da enorme variedade de documentos que expressam uma publicidade qualificada quanto à obediência à transparência ativa, há até e-mails trocados entre membros da Round Table e outras autoridades, ainda que, exclusivamente, em língua alemã. Ainda no que se refere ao Site, o áudio que nos chamou a atenção e elegeu nosso case para análise<sup>14</sup> não estava disponível em outra língua, em

---

<sup>12</sup> Convention-cadre pour la protection des minorités nationales. Conclue à Strasbourg le 1<sup>er</sup> février 1995 **Approuvée par l'Assemblée fédérale le 21 septembre 1998** Instrument de ratification déposé par la Suisse le 21 octobre 1998 Entrée en vigueur pour la Suisse le 1<sup>er</sup> février 1999 < <https://www.admin.ch/opc/fr/classified-compilation/20020168/index.html> >

<sup>13</sup> Acesso em 25 de abril de 2018 < <https://www.bj.admin.ch/bj/fr/home/staat/menschenrechte/emrk.html> >

<sup>14</sup> Acessado em 11 de abril de 2018 < <https://www.bj.admin.ch/bj/fr/home/aktuell/reden/2018-04-11.html> > **Radio SRF4:** “Il y a cinq ans, le Conseil fédéral a présenté ses excuses aux victimes des mesures de coercition à des

qualquer outro formato, que não fosse o alemão.

### III. Grupos minoritários, etiquetamento social e a questão linguística: o que o Site revela?

The ECRLM – The Committee of Experts on the European Charter for Regional or Minority Languages- enfatiza o papel da linguagem no processo de inclusão de grupos minoritários.

O caso das *Medidas Sociais Compulsórias*, por nós observado, principalmente quanto à sua repercussão dentro do Site ( e no Website of the Delegate for the Victims of Compulsory social Measures) ilustra como a representação social pouco empática ao “diverso” ( e isso inclui quem se comporta ou fala diferentemente da maioria) provocou uma política de governo atentatória à dignidade humana, violadora de direitos humanos iniciada no século passado e que durou até os anos 80.

Sem que houvesse um devido processo legal, homens e mulheres foram deslocados para trabalhos agrícolas, artesanais, nos quais foram explorados e sofreram toda sorte de abusos físicos, psicológicos, inclusive sexuais

Em 1974 a Suíça ratifica a CEDHe reconhece o Art 5, que por sua vez provoca modificações na legislação federal suíça, principalmente no Código Civil ( Art 397 e ss).

As vítimas das medidas sociais compulsórias e das pessoas forçadas a viverem com outras famílias apresentavam um perfil: outlaws, pobres, alcoolátras, toxicômanos, ciganos, mães solteiras, filhos e filhas rebeldes, pessoas deficientes ou com defeitos físicos. Essas pessoas foram vítimas de uma visceral higienização social sofreram adoções forçadas sendo retiradas de suas famílias, tiveram seus direitos reprodutivos violados, por meio de abortos e esterilizações forçadas.

A pergunta que não quer calar é porque essa situação perdurar por décadas dentro de uma sociedade na qual as decisões são tomadas de forma colegiada e culturalmente, formas de concertação social foram desenvolvidas entre grupos com identidades ( e repre-

---

fins d'assistance. Depuis, beaucoup a été fait pour faire la lumière sur ce sombre chapitre de l'histoire de la Suisse, explique Luzius Mader dans cet entretien accordé à Marc Lehmann pour la radio alémanique SRF4.”



sentações sociais mediadas por línguas diversas) diferentes?

Talvez as tensões de ordem linguística que evidenciam níveis de tolerância social propiciem chaves interpretativas para ações governamentais que atuem no ambiente escolar e que fomentem práticas inclusivas.

Dentre as medidas tomadas pelo Conselho Federal após o pedido de perdão da Confederação seguida aos procedimentos de Reparação salientamos: *The National Research Programme entitled “Welfare and coercion – past, present and future”*<sup>15</sup> ( 22 February 2017) que tem os seguintes objetivos:

- Objetivos científicos: Gerar novos conhecimentos que alcancem a prática e a política da Suíça em matéria de assistência social.
- Documentação, atualização e reconhecimento do sofrimento ocorrido e das suas consequências, sobretudo para as gerações futuras.
- Objetivos em matéria de política social ( políticas de proteção de pessoas vulneráveis.

Como não reproduzir nas próximas gerações, condutas naturalizadas de exclusão, falta de reconhecimento e opacidade linguística que também respondem pela vulnerabilidade de grupos minoritários?

Como o PNR e sua proposta de ações para o futuro pretendendo atuar sobre as futuras gerações pode dialogar com as invisibilidades de grupos minoritários e criar ambientes capazes de promover a empatia entre os diversos grupos linguísticos suíços?

#### **IV. Minorias, Aprendizagem e Visibilidade linguística: uma ação pela tolerância?**

Anteriormente à manifestação da Ministra Sommaruga em 2013, chamamos a atenção para outras três manifestações na cena política suíça que colorem o cenário do tratamento de grupos minoritários vulneráveis. Provenientes do Conselho Federal e Parlamento, essas manifestações, mais uma vez, feitas por mulheres<sup>16</sup>,

<sup>15</sup> Acesso em 20 de março de 2018 < [http://www.fuersorgerischezwangs-massnahmen.ch/pdf/RT\\_14\\_Vortrag\\_fr.pdf](http://www.fuersorgerischezwangs-massnahmen.ch/pdf/RT_14_Vortrag_fr.pdf)>

<sup>16</sup> Trata-se de um fato curioso para uma observadora eterna, ao vermos três

chamam atenção para o papel do legislativo como um canal de oitiva e trânsito de demandas.

Em 2010 após manifestação na prisão de Hildenbank, a *Conselheira Federal* Eveline Widmer-Schlumpf, apresentou suas desculpas às pessoas encarceradas ilegalmente, por força de medidas administrativas.

Quatro mulheres, Quadro cidadãs suíças, filhas, irmãs, amigas, talvez mães e companheiras que em momentos diferentes, sob diferentes perspectivas, expressaram as tensões de tolerância relativas ao tratamento dado às minorias: Simonetta, Jacqueline, Silva. Foram mulheres “substantivas” como Olympe de Gouges que defendeu a “Declaração de Direitos das Mulheres e Cidadãs” e questionou a hipocrisia da “igualdade” válida para os franceses, mas não para os escravos que os serviam, via peças de teatro, e também como Marietta Baderna, bailarina italiana do Sec. XIX, radicada no Rio de Janeiro cujo sobrenome, transformou-se em substantivo da língua portuguesa falada no Brasil, ligado à “desordem”, o que invisibilizou sua história pela defesa pelos direitos dos artistas e da cultura popular dos escravos<sup>17</sup>.

A Interpelação Parlamentar 11.3475 de 31/05/2011 foi intitulada “*Verdingkinder*” *Examen de conscience historique et excuses des autorités*” ( Deputé Fehr Jacqueline). E a Motion 14. 3143, “*Stratégie destinée à promouvoir les écoles dispensant un enseignement dans deux langues nationales*”, foi proposta por Semadeni Silva.

A Interpelação<sup>18</sup> dirigida ao *Federal Council* provocou mudanças no plano da supervisão estatal dos estabelecimentos que acolhem adolescentes como resultado de um aprendizado histórico dos legisladores, suscitou o debate nos cantões sobre outras modificações legislativas (*Statement of the Federal Council of 24/08/2011*).

A Deputada Fehr assinala sua preocupação do que chamou

---

políticas mulheres que lidaram com temas incômodos num país onde o direito de voto das mulheres foi conquistado em 1971.

<sup>17</sup> Soares, Fabiana de Menezes. Mulheres Substantivas- Olympe de Gouges e Marietta Baderna: O papel subversivo das artes no contexto dos direitos humanos em movimento. < [http://submissoes.al.rs.gov.br/index.php/estudos\\_legislativos/article/view/215](http://submissoes.al.rs.gov.br/index.php/estudos_legislativos/article/view/215)>

<sup>18</sup> Art, 118, al. 1, 119, 125 de la Loi sur le Parlement , Art. 25 ss, Art. 30, Art. 30 A du Règlement du Conseil National, Art. 21 ss, 26 du Règlement du Conseil des États.

de “examen de conscience historique”<sup>19</sup> com o propósito de buscar respostas para que tais fatos não se repetissem no tempo presente. A história a ser construída pelas instituições suíças, pela administração pública há de ser diversa das ilegais medidas coercitivas que provocaram feridas em gerações inteiras de cidadãos e cidadãs suíços. O debate não foi encerrado, todavia a ação governamental para Reparação seguiu seu curso a partir de 2013.

Em 2014, foi protocolada uma Motion pela Deputada Semadeni intitulada “*Stratégie destinés à promouvoir les écoles dispensant en enseignement dans deux langues nationales*”, salienta a necessidade de promoção da “sensibilidade intercultural e da coesão nacional”, inclusive por meio de ensino imersivo (cita como exemplo de boa prática a experiência canadense).

---

<sup>19</sup> “L’histoire des “Verdingkinder”, ces enfants qui ont été placés d’office par les autorités jusqu’au milieu du siècle dernier, constitue un chapitre sombre de l’histoire suisse récente. Si désormais nous pouvons peu à peu nous faire une idée de l’ampleur du phénomène, c’est grâce au travail des chercheurs qui ont reconstitué les biographies des victimes et étudié les réalités politiques de l’époque. Les victimes de ces mesures de contrainte à visée sociale, aujourd’hui très âgées, attendent toujours un geste de la part d’autorités dont le silence est d’autant plus incompréhensible que le Conseil fédéral et les autorités cantonales et communales se sont excusés en septembre 2010 au pénitencier de Hindelbank auprès des femmes qui ont été victimes de l’internement administratif. Une fois encore, les “Verdingkinder” ont le sentiment d’avoir été oubliés. Dans ce contexte, je souhaiterais poser au Conseil fédéral les questions suivantes:

1. Le Conseil fédéral voit-il un moyen, et si oui lequel, de s’excuser auprès des “Verdingkinder”, ce qui constituerait un encouragement à faire à leur égard un examen de conscience historique? Voit-il d’autres moyens d’encourager cet examen de conscience?
2. Quelles conséquences l’examen de conscience sur les mesures de contrainte à visée sociale a-t-il pour les dossiers politiques d’aujourd’hui? Aux yeux du Conseil fédéral, quels sont les dossiers qui devraient bénéficier des enseignements et questionnements issus de cet examen?”

## V. Reflexões para uma sociedade, materialmente, informada

História, Reparação<sup>20</sup>, Sensibilidade Intercultural, Coesão Nacional na sociedade de informação que utiliza das ferramentas de TI para disponibilizar informações sobre atividade desenvolvida pelos órgãos públicos, a tutela dos documentos pessoais e incrementar/facilitar o seu acesso de modo simples e compreensível.

O Site necessita adequar o seu fim às demandas informacionais intensificadas pela tecnologia e assim promover um modelo de comunicação aos suíços e suíças que não seja excluir uma parte da sociedade do acesso às informações no âmbito dos elementos de pertencimento que provocam a coesão social: a língua.

Representações de mundo realizadas e repetidas com a supremacia de uma ou mais línguas, criam uma cisão entre as pessoas, “nós”, os “outros”, os maginais, os vulneráveis, e até mesmo “menos humanos”, a história de exclusão de milhares de suíços e suíças provocadas no caso das ilegais medidas coercitivas oferecem um con-

---

<sup>20</sup> “Après de longues années de silence, la Suisse a elle aussi entamé son devoir de mémoire sur les mesures de coercition à des fins d’assistance et les placements extrafamiliaux qui ont brisé la vie de tant d’enfants, adolescents et adultes avant 1981. Placées dans des exploitations artisanales ou agricoles, des foyers voire, par décision administrative, dans des établissements fermés et même des établissements pénitentiaires, privées de leurs droits reproductifs (avortements ou stérilisations sous contrainte ou sans recherche de consentement), adoptées de force, ces personnes, dont certaines appartenant au groupe des gens de voyage, ont subi de sévères injustices et souffrances, qui pèsent aujourd’hui encore sur leurs vies. Comme tant d’autres pays, la Suisse se saisit aujourd’hui de cette problématique aux dimensions sociales, politiques et économiques. Elle a un intérêt fondamental à assurer un traitement global de la question pour clore ce chapitre sombre de son histoire et pour faire connaître à un large public l’ampleur des torts commis. En les reconnaissant comme tels, en étudiant les agissements du passé, en déstigmatisant les victimes, en faisant acte de réconciliation et de solidarité financière envers celles-ci, elle exprime la force de la collectivité. 15.082 Message concernant l’initiative populaire «Réparation de l’injustice faiteaux enfants placés de force et aux victimes de mesures de coercition prises à des fins d’assistance (initiative sur la réparation)» etson contre-projet indirect (loi fédérale sur les mesures de coercion à des fins d’assistance et les placements extrafamiliaux antérieurs à 1981) du 4 décembre 2015 <<http://www.fuersorgerischezwangsmassnahmen.ch/pdf/gegenvorschlag/bot-f.pdf>>

tudente exemplo de um caminho a não ser trilhado.

A coesão social também pode ser fomentada por outros elementos de linguagem e representação do mundo, tais como as artes, notadamente a música, o teatro ( que permite a troca de papéis) e também a alimentação. Ações de ensino transversais poderiam inspirar modelos de ensino imersivos que gerassem empatia e respeito pelas minorias.

Os negros e os muçulmanos, de hoje, serão os pejorativamente etiquetados no futuro próximo?

O Site tem um papel pedagógico no que se refere à comunicação das ações governamentais e das demandas sociais. Textos, áudios, vídeos, aplicativos para celulares e outros dispositivos móveis poderiam ser elaborados em linguagem simples, em todas as línguas nacionais para que as crianças e adolescentes, deles se apropriem em suas escolas compreendessem desde cedo o que significa viver num país plural e que recebe imigrantes e estrangeiros de todo mundo.

Os desafios são grandes, mas o OFF pode fazer deles a sua energia.